

**O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E SEUS INTELLECTUAIS NA LUTA PELA  
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E CULTURA ENTRE OS ANOS 1945-1947**

**EL PARTIDO COMUNISTA DE BRASIL Y SUS INTELLECTUALES EN LA LUCHA POR LA  
DEMOCRATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN Y LA CULTURA ENTRE LOS AÑOS 1945-1947**

**THE COMMUNIST PARTY OF BRAZIL AND ITS INTELLECTUALS IN THE FIGHT  
FOR THE DEMOCRATIZATION OF EDUCATION AND CULTURE BETWEEN THE  
1945-1947**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v13i3.45680>

Marta Loula Dourado Viana<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma discussão acerca da luta pela democratização da educação e cultura organizada pelo PCB no contexto de redemocratização política no Brasil, nos meados dos anos 1940, expondo a compreensão do Partido e de seus intelectuais sobre a importância do acesso à educação e cultura para a revolução brasileira. Com base na perspectiva nacional-popular, foram realizadas as Campanhas de alfabetização de adultos, e a experiência da Universidade do Povo, depois, Escola do Povo, que tinham como principais objetivos a instrução e o desenvolvimento do nível cultural das massas populares e da classe trabalhadora. Trata-se de uma pesquisa com uso de fontes encontradas no Jornal Tribuna Popular e obras publicadas no período em questão, bem como bibliografias que trazem análises correspondentes ao trabalho desenvolvido pelo Partido e seus intelectuais.

**Palavras-Chave:** Democratização. Educação. Cultura. PCB.

**Resumen:** Este artículo propone una discusión sobre la lucha por la democratización de la educación y la cultura organizada por el PCB en el contexto de la democratización política en Brasil, a mediados de la década de 1940, exponiendo la comprensión del Partido y sus intelectuales sobre la importancia del acceso a la educación y cultura para la revolución brasileña. Con base en la perspectiva nacional-popular, se llevaron a cabo Campañas de Alfabetización de Adultos, así como la experiencia de la Universidad Popular, luego la Escuela Popular, cuyos principales objetivos fueron la instrucción y desarrollo del nivel cultural de las masas populares y de la clase. trabajo duro. Se trata de una investigación que utiliza fuentes encontradas en el Jornal Tribuna Popular y trabajos publicados en el período en cuestión, así como bibliografías que traen correspondientes al trabajo desarrollado por el Partido y sus intelectuales.

**Palabras clave:** Democratización. Educación. Cultura. PCB.

**Abstract:** This article proposes a discussion about the struggle for the democratization of education and culture organized by the PCB in the context of political redemocratization in Brazil, in the mid-1940s, exposing the Party's and its intellectuals' understanding of the importance of access to education and culture for the Brazilian revolution. Based on the national-popular perspective, Adult Literacy Campaigns were carried out, as well as the experience of the People's University, then the People's School, whose main objectives were the instruction and development of the cultural level of the popular masses and the class. hardworking. This is a research using sources found in the Jornal Tribuna Popular and works published in the period in question, as well as bibliographies that bring analyzes corresponding to the work developed by the Party and its intellectuals.

**Keywords:** Democratization. Education. Culture. PCB.

## Introdução

Este artigo compõe parte da minha tese de doutorado, que teve como ponto de partida o interesse em apreender se houve no Brasil, desde as primeiras décadas do século passado até 1964, uma concepção de educação marxista, ou atuação que apontasse uma preocupação com a democratização da instrução para as massas populares e trabalhadoras. Nas pesquisas mais recentes, dentre outras, identificamos nos trabalhos de Favoreto (2008) e Pinheiro (2014) um esforço teórico e historiográfico de sistematização da participação da esquerda comunista e dos intelectuais marxistas na luta pela democratização da educação e cultura, a qual foi silenciada ou marginalizada da história da educação brasileira. Estes trabalhos assinalaram que não houve a elaboração fulgente de uma proposta pedagógica marxista ou comunista naquele contexto histórico no país, mas identificaram a participação do Partido Comunista do Brasil (PCB)<sup>2</sup> e de seus intelectuais marxistas na aglutinação de forças políticas, bem como nos debates políticos, teóricos, culturais e educacionais acerca da revolução brasileira, em interlocução com diferentes grupos sociais, inclusive os liberais-escolanovistas. Vale ressaltar que o PCB não era único partido de esquerda, naquele momento, mas representava uma maior mobilização política.

O Partido Comunista do Brasil surgiu em 1922 do movimento operário, resultado do processo de industrialização no país durante o desenvolvimento do capital-imperialismo. Além disso, a fundação do Partido foi consequência da Revolução Russa, que ampliou a difusão das experiências revolucionárias e do marxismo no mundo. Somente em 1945, depois de vinte e três anos, o PCB foi legalizado e posto novamente na ilegalidade em 1947. Apesar desse curto período democrático, o PCB desenvolveu atividades de formação política do militante em articulação com o movimento operário, bem como lutou pela democratização da cultura e instrução para as camadas populares, em especial, a classe trabalhadora. O Partido desenvolveu um trabalho de educação e também atuou em defesa da escola pública e estatal. Por conseguinte, não é demais afirmar que tinha uma compreensão acerca do papel da educação e cultura, realizando um trabalho de educação com objetivos e métodos bem acentuados.

Com a derrota do nazifascismo no mundo e o fim da Segunda Guerra Mundial, a opinião pública brasileira se posicionava cada vez mais contra o nazifascismo e o governo Vargas (1930-1945), abandonado pelas mesmas forças da burguesia nacional que o assegurou no poder. Diante desse cenário, Vargas se antecipou “a seus adversários, promovendo uma série de reformas liberalizantes: proposta de uma ampla revisão constitucional, convocação de eleições para fim do ano de 1945, abolição da censura à imprensa” (PINHEIRO, 2014, p. 25). Além disso, Vargas estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, anistiou os presos políticos e legalizou o PCB. Vargas tinha a pretensão de se manter no poder e em meio à disputa entre os diferentes partidos, optou por algumas concessões aos setores populares e a intensificação da campanha de construção de uma imagem positiva junto às massas populares e classe trabalhadora, considerando que em 1945 houve um retorno das manifestações de massas (PINHEIRO, 2014).

Em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em maio de 1945, Prestes, que passou cinco anos preso e conquistou sua liberdade mediante a anistia dos presos políticos, proferiu discurso intitulado *União Nacional pela Democracia e Progresso*, inspirado e norteador, naquele

momento, pelo entusiasmo democrático. Com o Programa de União Nacional o Partido realizou algumas atividades educativas e culturais que conduziram ao crescimento do número de filiados e simpatizantes. Este crescimento pode ser constatado em 1945 com a eleição de quinze parlamentares<sup>3</sup>, e se deu, em grande parte, ao trabalho desenvolvido pelos Comitês Populares Democráticos<sup>4</sup>, em parceria com o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que se expandiram por todo o país com as campanhas de alfabetização de adultos, criação das bibliotecas de bairros, clubes sociais e culturais, etc., e também a Universidade do Povo, depois, Escola do Povo (1946-1957) na cidade Rio de Janeiro, que teve por objetivo elevar o nível cultural e desenvolver a educação do povo através do ensino científico e profissionalizante, como também as campanhas de alfabetização de adultos.

Em 1947 os mandatos do PCB foram cassados<sup>5</sup>. Enfrentaram uma conjuntura nacional e internacional que trouxe novos ventos. Segundo Netto, em março de 1946 surgiram as primeiras fissuras quando o discurso de Wilson Churchill em Fulton - EUA, desnuda as divergências que já separavam a União Soviética dos países capitalistas. Desde então, o presidente Dutra “alinhou-se com a diplomacia americana, manteve sob vigilância o movimento operário e buscou isolar o Partido Comunista, tolhendo suas manifestações, procurando impedir o seu crescimento e incompatibilizá-lo com a democracia” (NETTO, 1986, p. 92). Iniciou propaganda contra a bancada comunista com acusações, insultos e perseguições. Ainda assim, as atividades continuaram. A exemplo da Escola do Povo que funcionou até 1957, ano em que foi fechada pelo presidente Juscelino.

Foi com esta atmosfera de calúnias, insultos, perseguições, ameaças e violência contra a bancada comunista que em 18 de setembro de 1946 a nova Constituição foi promulgada e os trabalhos da Assembleia Constituinte encerrados. O projeto constitucional foi considerado pela bancada comunista “conservador e omissivo em relação aos problemas fundamentais” (RUY, 2016, p. 157).

A bancada comunista votou contra o projeto de Constituição, levando em consideração os seguintes motivos: 1. Por não condizer à realidade brasileira se prendendo, exageradamente, as fórmulas políticas antiquadas e condenadas pela própria existência republicana, 2. A justiça eleitoral entregue ao presidente da República, a negação do voto ao analfabeto e ao soldado, e o sistema desproporcional do quociente eleitoral, inegavelmente motivado por interesses regionais, 3. As restrições ao direito de greve que representa ameaça grave à classe operária e ao povo, e 4. A falta de separação completa do Estado e da Igreja e o ensino religioso, bem como, a também falta da garantia do ensino gratuito (RUY, 2016).

A educação ressurgiu na Constituição de 1946 como direito de todos, mas sem um vínculo direto entre esse direito e o dever do Estado nacional brasileiro. Nesse sentido, o educador marxista ligado ao PCB, Paschoal Lemme, chamava atenção para o que a Constituição de 18 de setembro consagrou como bom princípio: a descentralização administrativa da educação pública ao entregar aos Estados a responsabilidade da organização dos respectivos sistemas.

O Art. 171 é taxativo: "Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com o auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional". É certo que o Art. 170 prevê a organização de "um sistema federal de ensino", mas o parágrafo único desse mesmo artigo esclarece desde logo que "o sistema federal

de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o país, nos estritos limites das deficiências locais". O que cabe realmente a União, pois ao governo federal, é "legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional" nos termos do inciso "d" do item XV do artigo 5º. Não ficou, porém, o governo federal eximido das obrigações definidas perante a educação nacional, como se viu. A omissão foi corrigida para dar à União seu verdadeiro papel de traçar as linhas mestras da educação nacional e fornecer os recursos pecuniários onde sejam deficientes, acrescido da assistência técnica para o qual o ministério próprio vem selecionando um corpo de especialistas, cujos serviços até agora não foram devidamente aproveitados. Cresce, por outro lado, enormemente a responsabilidade dos Estados, aos quais compete organizar, financiar e administrar seus sistemas escolares em todas as modalidades e níveis de ensino, com inteira liberdade, atendendo às características e necessidades regionais (LEMME, *Jornal Tribuna Popular*, 4/3/1947)

De acordo com as análises do educador, a Constituição de 1946 manteve das Constituições de 1934 e 1937 os mesmos princípios para a educação. Em que pese o curto período da primeira com um caráter mais liberal e legitimador das reformas que os Estados estavam empreendendo com base no escolanovismo, mas que ocorreram de modo diferenciado em cada Estado, e o caráter autoritário e mais conservador da segunda, ambas representaram as bases para o processo de modernização conservadora e desigual da educação brasileira. Na tentativa de isolar o caráter autoritário do período estadonovista, buscaram no caráter mais liberal e escolanovista o sufrágio para elaboração da Constituição de 1946, porém, preservando o conservadorismo de acordo com os interesses das elites dominantes.

Dessa forma, diante da ausência de uma política de expansão da instrução pública, de um número expressivo de analfabeto no país e da escola oficial elitista que tinha por base uma perspectiva educacional tradicional e abstrata sem qualquer relação com a realidade brasileira, o trabalho de educação surgiu, para o Partido, como alternativa necessária e urgente. A luta pela democracia perpassava pela democratização da instrução das massas populares e trabalhadoras, principalmente para que fosse possível o desenvolvimento da consciência política. A partir dessa realidade, o Partido iniciou um trabalho de educação das massas populares e classe trabalhadora. Somente em 1947 foi lançando oficialmente uma campanha de alfabetização de adultos pelo governo federal, e na tentativa de silenciar e aniquilar a iniciativa e experiências de esquerda não foram consideradas. A exemplo da ocasião do I Congresso Nacional de Educação de Adultos, que segundo Paiva (2003), as sugestões e as experiências educativas comunicadas pelas esquerdas marxistas e comunistas, não foram sequer transcritas nos anais do evento.

O fato dessas atividades educativas e culturais terem sido impulsionadas por um partido político: o Partido Comunista do Brasil, ainda que com o envolvimento de diferentes setores sociais, até mesmo antagônicos, ou por se tratar de experiências locais ocorridas em algumas cidades do país, não podem ser desmerecidas ou excluídas do contexto de disputas no campo educacional. Entendemos a necessidade em sistematizá-las e discuti-las enquanto possibilidades de aprendizagem e evidências de que as conquistas das massas populares e trabalhadoras numa sociedade dividida em classes são conquistas do movimento de luta de classes. E também porque revisitar estas atividades nos permite identificar a heterogeneidade de concepções que integravam e orientavam as ações com fins revolucionários.

Desse modo, este artigo teve por objetivo discutir o trabalho de educação popular mobilizado e impulsionado pelo PCB no processo de redemocratização política no Brasil (1945-1947), e apreender a concepção do Partido e de seus intelectuais sobre educação e cultura, por meio das Campanhas de

alfabetização e da experiência da Universidade do Povo, depois, Escola do Povo. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e historiográfica. As fontes documentais primárias, encontradas nos arquivos públicos, tais como: boletins informativos e artigos publicados no Jornal Tribuna Popular, um jornal de esquerda com ampla circulação no período de redemocratização política no Brasil em 1945, apresentaram uma diversidade de materiais - fotografias, informativos, resenhas de obras, etc., que possibilitaram uma abordagem qualitativa. Também três obras publicadas naquele período que foram fundamentais, a saber: Interpretações de Astrojildo Pereira, O sentido comunista da democracia de Luiz Autuori e a cartilha Chave da leitura de Moisés Xavier de Araújo. Além disso, foram utilizadas bibliografias contemporâneas que trazem análises correspondentes ao trabalho de educação mobilizado pelo PCB, possibilitando uma discussão entre os materiais inéditos e os já discutidos.

### ***Educação e cultura na visão do Partido e de seus intelectuais: a Campanha de alfabetização***

O clima de democracia e liberdade dos presos políticos, em especial a libertação de Luís Carlos Prestes, empolgou o povo brasileiro. O discurso de Prestes intitulado *União Nacional pela Democracia e Progresso*, expressou a vontade de concretização de uma sociedade democrática e moderna como base para a existência e colaboração do pensamento de esquerda e a participação popular na (re)construção do país. Em síntese o discurso apresentou a necessidade de uma união nacional, independente dos antagonismos de classes sociais, unidos pelo interesse comum de desenvolvimento nacional em direção à revolução brasileira.

Nos meados dos anos quarenta, o ensino brasileiro enfrentava questões antidemocráticas, principalmente, pela escassez de escolas primárias e de professores, que produzia índices alarmantes de analfabetismo. A partir dessa realidade educacional e da vontade de concretização de uma sociedade democrática por meio da participação política das massas populares e trabalhadoras também no processo eleitoral, o PCB iniciou uma campanha de alfabetização de adultos, entre outras atividades educativas, artísticas e culturais por meio dos Comitês Populares Democráticos e da Universidade do Povo. A campanha de alfabetização foi uma atividade de duplo objetivo: alfabetizar as massas populares e a classe trabalhadora de forma a desenvolver o pensamento nacionalista, político e social, ao mesmo tempo em que possibilitava o direito de exercício à cidadania, uma vez que naquela época analfabetos não tinham o direito de voto.

Desde o início da Primeira República o analfabetismo e o atraso econômico e cultural tornaram-se quase sinônimos, passando a educação a constituir-se como um problema nacional. O próprio Partido em seus cursos de formação de quadros de militantes políticos no meio operário enfrentava os desafios impostos pelo analfabetismo e pela falta de instrução escolar. Acreditamos que esta situação da realidade brasileira, juntamente com o entusiasmo democrático em que o país vivenciava, conduziram à deliberação da tarefa partidária das campanhas de alfabetização e de democratização da instrução e cultura para o povo, enquanto uma política de alternativa fundamentada na construção de uma democracia nacional e popular de modo a contribuir com o progresso da nação.

A nosso ver, esta tarefa partidária também foi influenciada pelas atividades realizadas na União Soviética pós-revolução, quando a população se empenhou na construção da nova sociedade e envolveu-se nas campanhas de alfabetização, bem como na ampliação das atividades educativas e culturais em outros espaços para além da escola. Espaços públicos, tais como praças, bibliotecas, museus, teatro etc., no sentido de integrar a formação da consciência comunista das novas gerações na escola com o meio social. A formação das novas gerações na escola oficial colidia com o ambiente social, ainda, impregnada pelas ideias tradicionais burguesas. Assim, os educadores russos entendiam que o meio social e a escola deveriam trabalhar em conjunto, reforçando um ao outro, condição essencial para que o objetivo da escola não fosse prejudicado e dissipado.

Acreditamos que as atividades educativas e culturais desenvolvidas pelo PCB foram surgindo a partir dessa experiência soviética. No entanto, entendendo-as no Brasil como mais acessíveis e expansivas do que a escola oficial, uma vez que as massas populares e trabalhadoras não tinham acesso à escola, e ainda que tivessem a escola era bastante elitista e abstrata, apresentava um modelo Europeu transposto sem qualquer relação com a realidade brasileira. Nas atividades empreendidas pelo Partido poderiam participar todos os interessados na construção de uma sociedade democrática, moderna e progressista, contribuindo com o desenvolvimento do nível cultural do povo brasileiro bem como sua inclusão na remodelação do meio social existente, naquele momento, ainda, caracterizado conservador e atrasado.

Sob esta perspectiva afirmava Paschoal Lemme:

[...] a vida vai cada vez exigindo mais em relação à cultura, ao domínio da técnica e à recreação, ultrapassando de muito as possibilidades da escola. Depois, os meios de difusão cultural estão evoluindo, aperfeiçoando-se constantemente e assim cada vez mais facilmente podem abranger maior número de indivíduos e com crescente eficiência. O livro, a imprensa, o rádio, o cinema, os esportes têm que ser postos ao alcance de massas cada vez mais amplas do povo, veículos que são, e magníficos, de levantamento do nível cultural das populações. (LEMME, 2014 [1945], vol. 4, p. 69).

Podemos caracterizar estas atividades educativas e culturais desenvolvidas pelo PCB nos meados dos anos 1940 como colaborativas do progresso e desenvolvimento nacional para a realização da modernização do capitalismo no país e consolidação da sociedade democrático-burguesa, concebida enquanto condição necessária para que a revolução proletária fosse possível. Embora a revolução proletária estivesse no horizonte, o objetivo era primeiro concretizar a sociedade democrático-burguesa, acreditando que com isso a esquerda comunista teria um terreno democrático e mais fértil, onde seus ideais e suas lutas usufruiriam de toda a liberdade e aceitação no processo de (re)construção nacional.

Outro aspecto que, a nosso ver, também impulsionou o surgimento das atividades educativas e culturais partiu da apreensão de que a educação, a ciência, a arte e a cultura não eram apenas determinadas pela estrutura econômica, mas poderiam influenciar os acontecimentos e a vida do povo brasileiro. Além disso, vislumbraram nessas tarefas a importância do papel do intelectual. Esta compreensão conduziu o Partido a convocar todos os interessados, independentemente de classe social ou corrente filosófica, para a produção cultural e tarefas educativas vinculadas à realidade concreta da sociedade brasileira, e empenhadas na construção de uma cultura genuinamente nacional, democrática e popular.

O pecebista Astrojildo Pereira escreveu em 1944 *Posição e tarefas da inteligência brasileira*. Neste texto afirmou que as tarefas do pós-guerra empunhavam uma democracia política por princípio - com a igualdade de direitos políticos; uma democracia econômica por base - com o dever de produzir para a comunidade e igualdade do direito de participar da riqueza produzida pelo esforço comum; e uma democracia cultural por fim - onde todos poderiam gozar livremente dos benefícios da cultura e da ciência por meio da instrução gratuita desde a escola primária até as escolas superiores, e a liquidação do analfabetismo. Em suma, abolição de todo e qualquer privilégio ou monopólio em matéria de instrução.

Para ele, a situação de desenvolvimento da tecnologia, dos meios modernos de comunicação, conferia um poder de penetração e influência entre as massas populares como nunca não se viu na história, e este fato por si oferecia a responsabilidade aos intelectuais na tarefa de reconstrução social do mundo, com possibilidade de libertação e independência como jamais puderam prever no passado. Dessa forma, afirmava que os intelectuais não podiam ser indiferentes e alheios a atitude de assumir os acontecimentos de ordem político-social e ingênuos com o pressuposto de que os dons da inteligência são um privilégio independente das condições sociais de seu tempo. Pois considerava a “neutralidade” como cúmplice das forças reacionárias, sendo impossível a sua existência já que uma produção intelectual tem em sua base a realidade. Nas palavras do autor:

[...] como poderia o escritor, o artista, o cientista, que vai buscar na vida humana os motivos de toda a sua atividade mental, e dela receber a seiva que alimenta a sua sensibilidade – como poderia ele alheiar-se aos embates em que se empenham os seus semelhantes? Não é possível. De uma forma ou de outra, por mil meios e modos, inclusive pela inércia aparente e determinada, o escritor, o artista, o cientista, pelo fato mesmo de publicar a sua obra e comunicá-la a outrem, está intervindo, está participando, está tomando partido. Do contrário, a sua obra, tantas vezes também realizada com sangue, suor e lágrimas, ficaria sem objeto, perderia toda a significação e resultaria em pura monstruosidade (PEREIRA, 1944, p. 288).

Como podemos observar em sua fala, o pecebista não limitava o papel da revolução brasileira aos operários e camponeses. Estava convencido do papel dos intelectuais, que seria de “incalculável importância na solução dos problemas que o pós-guerra colocaria em termos de absoluta urgência relativos à democratização da cultura” (PEREIRA, 1944, p. 292). Sobre o analfabetismo no Brasil, associava como uma forma de escravidão e que os intelectuais poderiam contribuir com o processo de libertação ensinando ao povo ler e escrever.

Devemos compreender que isso não poderá ser realizado em grande escala por nenhum governo sem a cooperação e a colaboração dos mais interessados no assunto, que são justamente os intelectuais. Não nos iludamos com as aparências: vivemos ainda, no que se refere aos meios de instrução e cultura das grandes massas populares, pouco menos que em pleno regime colonial e escravocrata. [...]. Quem conhece o interior do Brasil sabe que não estou exagerando nada; e quem tiver dúvidas que examine os índices de analfabetismo assinalados em nossas estatísticas. Não é só confrangedor, é também vergonhoso. [...] O analfabetismo é também uma forma de escravidão – a escravidão da inteligência. [...] No país de analfabetos a missão dos escritores é combater o analfabetismo. [...]. Libertar a inteligência escrava, ensinar o povo a ler e escrever, lutar pela democratização dos meios de cultura – eis aí uma causa nítida, que está pedindo uma grande campanha nacional e pode encher de fé o coração vazio de toda uma geração (PEREIRA, 1944, p. 292-293).

Neste trecho, o autor ressaltava que o problema do analfabetismo e da educação não era o único e mais grave, como entendiam “os intelectuais idealistas” ao resumirem os problemas econômicos e sociais na ausência de educação e cultura no país. Para ele, os problemas eram múltiplos e igualmente graves e que não era possível cuidar de um qualquer isoladamente, e que todos não podem cuidar de tudo. Com isso, destacava que seria necessário à distribuição de tarefas, sendo que os intelectuais deveriam se preocupar com o problema da democratização da cultura e educação, se preocupar com a alfabetização enquanto um primeiro e mais elementar passo para quem aprende e também para quem ensina. Deste modo, ponderou que mesmo as massas populares e trabalhadoras não usufruindo dos benefícios econômicos e sociais a democratização cultural e instrução seria extremamente urgente e necessária.

Ora, democratização da cultura significa apenas difusão entre as massas populares dos meios e instrumentos necessários à aquisição e desenvolvimento dessa cultura. E o alfabeto, em que pese aos mestres de sabedoria no escuro, vem a ser exatamente o primeiro, o mais elementar dos veículos dessa difusão. Saber ler e escrever não é tudo; mas já é uma grande coisa, é pelo menos o começo, o primeiro passo, o primeiro de uma série que não pode ser série sem um primeiro. É o começo, é o primeiro passo para quem aprende, mas pode também ser um começo, um primeiro passo para quem ensina. [...] O que quer dizer que muitas vezes será necessário resolver primeiro o problema dos meios e possibilidades para depois chegar ao problema da alfabetização. Alcançaremos, então, em casos tais, o seguinte resultado: o intelectual, mais ou menos refratário à consideração das questões econômicas, políticas e sociais, mas interessado nas questões de natureza cultural e empenhado na obra de alfabetização, verificará pela própria experiência, praticamente, concretamente, que não é possível tocar numa coisa sem mexer na outra, tal o grau de interdependência e correlação que liga umas às outras, e isto constituirá para ele um começo, um primeiro passo no sentido de uma compreensão mais justa de muitas questões que antes o aborreciam (PEREIRA, 1944, p. 295-296).

A partir dessa afirmativa, podemos concluir que o dirigente avaliou a situação do analfabetismo e da cultura brasileira não sem considerar as contradições e as determinações socioeconômicas do Brasil, não sem as ilusões. Para ele, uma campanha pela democratização da educação e cultura teriam seus limites, mas também possibilidades, uma vez que forçaria a roda da história a girar, não esperando a mudança acontecer. Porém, não é demais afirmarmos que Astrojildo Pereira se mostrava bastante positivo no quesito referente à construção da sociedade democrático-burguesa enquanto um interesse comum das forças políticas que, naquele momento, nos meados dos anos quarenta, se reformulavam na contramão das concepções conservadoras e fascistas, as quais se serviram até então.

De modo geral, o Partido e seus intelectuais tinham interesse na alfabetização e na socialização máxima da ciência e cultura para as massas populares e trabalhadoras. E considerando a participação de todos os progressistas interessados em cooperar com o processo de democratização, independentemente de classe social e corrente filosófica ou religiosa, não havia uma imposição do marxismo como era divulgado pela imprensa reacionária na época. Sob esta perspectiva afirmava Pedro Pomar:

Autoritários são os que quiseram nos esmagar pela violência ou pela mentira de seus princípios de classe. Nosso Partido nunca foi nem será um Partido autoritário. Ninguém é obrigado a aceitar nossa disciplina, nossa forma de pensar, nossa maneira de trabalhar. Se assim fosse, estaríamos negando a própria interpretação que fazemos sobre a necessidade e a liberdade, como categorias da dialética materialista (POMAR, 1945, p. 3)

O pecebista enfatizava que o Partido sempre valorizou os intelectuais, os escritores, os artistas e suas produções: mesmo os que “reflitam opiniões contrárias à nossa; nunca deixou de ser admirada por

nós” (POMAR, 1945, p. 3). Assim, o “respeito que os comunistas manifestavam pela intelectualidade não se referia apenas aos intelectuais que pertenciam aos quadros do Partido ou simpatizavam com sua política” (KONDER, 1980, p. 60). Evidentemente, acreditavam na inexistência da neutralidade, mas na coexistência democrática de posições teóricas e político-ideológicas, certamente aquelas que não eram imposições e que apresentassem um suposto objetivo comum: combater as ideias mais atrasadas e conservadoras, bem como educar para a nova sociedade em progresso e construção da democracia social.

Sobre isso, ressaltava, ainda, Pedro Pomar:

Todo o patrimônio e esforço cultural de nosso povo contam, desse modo, não somente com a nossa defesa, mas também com a ajuda obrigatória e fraternal de nosso Partido. Tudo o que há de progressista e de revolucionário na história de nossas lutas, todo esse grande passado de nossa Pátria, tudo o que há de melhor nas tradições e no bom combate de nosso povo, encontram e encontrarão no Partido Comunista a compreensão mais abnegada, a interpretação mais fiel, o estímulo, mais desinteressado e a continuidade mais destemerosa (POMAR, 1945, p. 4)

Todavia, os comunistas colocavam uma condição: a necessidade de incluir as massas populares e a classe trabalhadora enquanto inspiração para uma educação e cultura que considerasse a sua realidade e que pudesse defendê-los contra os reacionários. Neste sentido que entendiam a ciência e a cultura como carregados de ideologia, e que os intelectuais e artistas não poderiam estar neutros diante das posições conservadoras e de marginalização das massas populares e trabalhadoras. A neutralidade significava uma posição reacionária já que demonstrava desinteresse em relação ao povo.

Todos vós, caros amigos e companheiros, deveis continuar vos inspirando na vida do povo, nas lutas do povo, nas aspirações do povo. Os maiores intelectuais de nossa Pátria sempre foram homens ligados ao povo, defensores do povo contra os reacionários de todas as épocas (POMAR, 1945, p. 4)

Entendemos que não se tratava de negar o acúmulo da produção cultural, mas de chamar a atenção dos intelectuais para uma produção cultural que tivesse conectada à vida do povo brasileiro de modo realista e não abstrato, considerando que eram raras as produções culturais que traziam o seu modo de vida nacional e o trabalho das camadas populares. Para o pecebista, não se tratava de puro embelezamento artístico, fazer literatura de endeusamento nem de elogios descabidos à classe operária, mas de uma literatura que ajudasse o Partido no cumprimento da tarefa histórica com liberdade de pensamento.

Pedro Pomar enfatizava que o Partido teria como horizonte o progresso, a efetivação da educação e cultura para o povo brasileiro. Assim sendo, fazia a seguinte convocatória:

Para atingirmos o ideal de progresso, democracia e desenvolvimento pacífico para nosso povo precisamos construir, com o auxílio de todo os brasileiros, de qualquer tendência ou partido, de qualquer crença ou raça, a sólida União Nacional a firme e indestrutível unidade, capaz de vencer os restos do fascismo e de nos dar o mundo novo que almejamos, o mundo da liberdade e da justiça, o mundo onde a cultura não sofra nenhuma limitação e o espírito criador do homem se expanda (POMAR, 1945, p. 4)

Com a legalização do Partido e a euforia democrática, muitos intelectuais aproximaram-se, filiando-se ou apenas simpatizando, para a participação nas tarefas que o Partido pretendia realizar com as massas e para a construção de uma cultura nacional. Segundo Jorge Amado (1946), um significativo número de escritores, artistas, filósofos e cientistas, alguns de grande projeção na vida cultural do país<sup>6</sup>, se

encarregaram de produzir uma cultura a serviço da causa operária e do povo no sentido de formar uma vanguarda esclarecida. Dessa forma, afirmava que “se o Partido Comunista é o Partido dos trabalhadores, dos que criam as condições de vida, e sofrem a miséria e a fome, ele é também, e naturalmente, o Partido dos melhores escritores e artistas, dos verdadeiros cientistas, de todos aqueles criadores de cultura” (AMADO, 1946, p. 7).

O Partido igualmente recrutava professores, funcionários públicos e técnicos para atuação nas atividades educativas, artísticas e culturais realizadas pelos Comitês Populares e pela Universidade do Povo. Estes espaços estavam abertos a toda a população de modo amplo, autônomo e não discriminatório, e deles participavam todos os interessados pela democracia e ideia de União Nacional. “Uma militância unitária e pacífica das classes trabalhadoras com os progressistas, conservadores, burguesia, pequeno-burgueses, cristãos etc.” (PINHEIRO, 2014, p. 39).

A nosso ver, fica evidente a inclusão dos intelectuais e de todos os interessados no progresso, independentemente de classe social, religião ou filosofia, no processo de mudança da sociedade brasileira. Estes teriam um papel relevante uma vez que estariam responsáveis pela produção e divulgação de uma cultura popular, democrática e nacional, conectada à realidade do país e que melhor representasse as massas populares e trabalhadoras enquanto participes desse processo de construção nacional do povo brasileiro. A princípio seria uma forma de tutelar as massas populares e trabalhadoras, uma vez que consideravam que estas ainda não tinham condições para produzir sua própria cultura pela ausência da instrução escolar. Mas com o objetivo de capacita-las a produzir de modo autônomo e de participação efetiva.

Importante registrar um aspecto da amplitude desse movimento, como foi o caso dos padres operários que eram, entre as décadas de 1920-1940, infiltrados nas fábricas para desmobilizar o movimento operário. Todavia, mediante a convivência com as duras condições de vida e de trabalho dos operários muitos destes clérigos acabaram se associando a luta dos trabalhadores, se envolvendo com os Comitês e suas campanhas de alfabetização, o que deu base as reflexões e práticas católicas engajadas às lutas das massas. Isso é perceptível na tese defendida em 1946 pelo católico Luiz Autuori que afirmava que os postulados políticos dos comunistas se fundiam com os dos cristãos num princípio salutar e indiscutível: “o bem-estar das massas trabalhadoras”. Para o autor, a tendência progressista animava o espancamento da ignorância provinda exclusivamente do analfabetismo que desdenhado pelo Estado tornava um problema a ser enfrentado por todos.

Abrir escolas, é como se rasgássemos o seio da terra, semeando os grãos que deverão desabrochar em belíssima colheita. A diferença é que a agricultura, embora lutando atrozmente com os recursos acanhados de outrora, não permaneceu atrofiada, e manteve sempre em atividade sua força produtiva. É bem verdade que no campo das letras surgiram também focos luminosos, grandes inteligências, escritores admiráveis, que alcançaram os píncaros da imortalidade; mas, em troca, quantas mentes entenebrecidas pela ignorância, quantas inteligências abafadas pela asfixia do analfabetismo, quanto obscurantismo nos ideais humanos! [...] Tirar a venda que esconde o clarão da inteligência, é um dos problemas urgentes da atualidade, pois ainda que não venha prejudicando diretamente a organização do todo, ainda que não possa influir, de modo algum, na marcha do século, vai, por sem dúvida, ferir a própria vítima em seus interesses particulares, privando-a, como verdadeiros proscritos, de acompanhá-la no mesmo passo (AUTUORI, 1946, p. 199-201).

O autor propugnava a alfabetização como o primeiro passo para o início da estrada, e a necessidade urgente de alfabetizar o povo procurando soluções para este problema. E o PCB entrou à época como um mobilizador da democratização da instrução para o povo brasileiro com a alternativa das campanhas de alfabetização impulsionadas pelos Comitês Populares Democráticos em articulação com o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) e a Universidade do Povo.

A partir do discurso de Prestes, proferido no Estádio do São Januário no Rio de Janeiro em 1945, os Comitês Populares Democráticos se difundiram por todo o país, em vários bairros das principais cidades. A repercussão dos Comitês pode ser observada nas eleições de 1945, quando o Partido elegeu quinze parlamentares, e sua organização se dava, principalmente, em duas frentes:

Aqueles que se envolviam nos problemas dos bairros e os comitês profissionais, que tinham a função de atuar junto aos sindicatos, principalmente naqueles nos quais o Partido Comunista não era parte da diretoria, destacando-se também como representações por categoria voltadas para os problemas nos locais de trabalho. Entretanto, os comitês não se constituíram apenas por critérios de moradia (bairros) ou de categorias profissionais. Houve também a organização por critério de associação para fins diversos. Entre alguns exemplos: o Comitê Democrático Afro Brasileiro, o Comitê Democrático dos Evangélicos, Comitê do Ensino Leigo e Comitê de Mulheres Pró-Democracia (PINHEIRO, 2014, p. 37).

Pinheiro (2014) enfatiza que entre as questões postas pelos Comitês referente à democratização da educação e cultura para o povo estava a luta pela eficiência dos estabelecimentos de ensino nos bairros, contra o analfabetismo, pela criação de bibliotecas e realizações de atividades culturais de acordo com o sentimento nacional, destacando-se as campanhas de alfabetização que tinham dois objetivos integrados: uma preocupação em formar eleitores “dada a proximidade das eleições em dezembro de 1945, já que era negado aos analfabetos o direito de votar” e, para além disso, pois, as campanhas continuaram após as eleições, fazendo “avançar o processo de democratização do país” (PINHEIRO, 2014, p. 45).

A nosso ver, para o Partido a alfabetização dos adultos abriria o caminho para uma maior participação política do povo no destino do país e para que o indivíduo pudesse desenvolver-se com a apropriação da cultura. O povo alfabetizado poderia ter acesso aos jornais e assim manter-se inseridos nas discussões sobre a economia e a política do país, poderia participar dos cursos de formação político-ideológica desenvolvidos pelo Partido que, inclusive, enfrentava algumas dificuldades mediante o analfabetismo, que levavam a outras dificuldades, como por exemplo, como fazer o operariado entender a importância de estudar o marxismo e entender os fins a serem alcançados com o estudo do marxismo associado as lutas concretas? Dessa forma, a alfabetização poderia fortalecer a luta das classes trabalhadoras tornando-as conscientes de sua importância no fazer a história, tomando-a para si a direção.

O processo de alfabetização foi orientado pela cartilha *Chave da leitura*, elaborada por Moisés Xavier de Araújo, consultor técnico da comissão de intercâmbio de alfabetização. As cartilhas eram impressas e distribuídas com recursos arrecadados e os alfabetizadores recebiam formação pela Universidade do Povo, desenvolvendo também campanhas de alfabetização.

Segundo reportagem Vida dos Comitês Populares no Jornal Tribuna Popular (1946, p. 4) foram distribuídas naquele ano vinte mil cartilhas. Na ocasião de apresentação da cartilha<sup>7</sup>, Moisés Xavier de Araújo expõe orientações aos alfabetizadores:

Aos professores

Em qualquer aprendizagem deve-se dar ao aluno o máximo de iniciativa.

Esta verdade aplica-se evidentemente, à aprendizagem da leitura.

No caso de alunos adultos a falta de aplicação deste princípio é um dos principais fatores de insucesso na direção da aprendizagem. Todos os que trabalham em classes de adultos analfabetos observam frequentemente a atitude de constrangimento de muitos alunos em face do professor. O aluno evita recorrer ao mestre e não pode vencer sozinho as dificuldades que vão surgindo a cada momento; daí maior acanhamento, desânimo e abandono do curso. Muitos deixam de ingressar nos cursos de alfabetização porque não tem coragem de enfrentar a situação da sala de aula, onde teriam de depender a cada instante do auxílio e assistência do professor. “Chave de leitura” é um material didático construído especialmente para adultos analfabetos e com o propósito de dar ao aluno o máximo de iniciativa pessoal de aprendizagem. O aluno deve usar a “Chave de leitura” como um instrumento de trabalho. As palavras devem ser “decifradas” com o auxílio dos desenhos; o confronto de palavras conhecidas permite “descobrir” elementos logo aproveitados em novas palavras. Como ponto de partida para a aprendizagem adotou-se, pois, a leitura de palavras. A palavra é, com efeito, o elemento mais simples dotado de significação e representável pelo desenho, mas em todas as lições há exercícios de leitura de frases inteiras, de conteúdo adequado à mentalidade adulta.

Está claro que nem sempre o aluno sairá das dificuldades sozinho: mas em todos os exercícios terá o sentimento de que não depende inteiramente de auxílio estranho. Os testes incluídos na “Chave da leitura” destinam-se à auto verificação da aprendizagem e também à autocorreção e reaprendizagem. O aluno “toma a lição de si mesmo”, corrige os erros e faz a revisão da matéria aprendida, e tudo numa atividade de leitura silenciosa, que é a leitura intelectual por excelência. A auto verificação da aprendizagem é muito simples e deve ser explicada ao aluno desde as primeiras lições. O aluno deve cobrir os desenhos com um cartão ou um pedaço de papel e procurar ler as palavras ou sílabas do teste; à medida que lê cada palavra, descobre o desenho correspondente “para ver se acertou”. Os erros devem ser marcados com um sinal a lápis. A correção é feita imediatamente pelo próprio aluno à vista do desenho. Os professores não devem esquecer que a aprendizagem da leitura não utiliza apenas material sistemático (lições graduadas, cartilhas, etc.). O aluno deve ser estimulado a ler em todas as oportunidades, fora das aulas e fora das lições dos livros ou cartilhas: cartazes, placas de rua, avisos, cabeçalhos de jornais, etc; tudo isso é um material de aprendizagem ocasional da leitura. (ARAÚJO apud XAVIER, 2018, p. 18-19)

Ao analisar estas orientações, Cristiane Xavier (2018) chama a atenção para dois principais pontos a respeito dessa fala do elaborador da cartilha *Chave da leitura*. O primeiro ponto refere-se a metodologia em que a cartilha se baseava, o analítico-dedutivo, na qual a palavra representando um todo derivava as sílabas seguidas da apresentação das suas respectivas “famílias silábicas” e teria uma significação em um determinado contexto. E o segundo ponto pauta-se na ênfase pela iniciativa do aprendiz, “o adulto deveria ser estimulado a assumir o protagonismo do seu próprio processo de aprendizagem”.

Nas orientações de Moisés Xavier de Araújo, o ativismo do aluno seria um indicativo de seu sucesso na aprendizagem. Por se tratar de adultos que se envergonhavam de sua condição de analfabetos a não autonomia poderia leva-los à desistência. Dessa forma, a cartilha pretendia dar o máximo de iniciativa pessoal, de modo que os adultos aprendizes pudessem se autoavaliar e corrigir os seus próprios erros sem constrangimentos. Diante disso, identificamos um avanço didático, principalmente, no que diz respeito à educação de adultos na época, desprovida de investimentos financeiros e pedagógicos pelo Estado.

A autora destaca, ainda, um alinhamento da cartilha com as orientações nacionalistas do PCB, de união nacional pelo progresso, e da participação política das massas populares.

Alinhado à orientação política do PCB de união nacional e paz, um tom nacionalista e patriótico perpassa as páginas de “Chave de leitura”. As lições fazem referência a figuras que lutaram na Segunda Guerra, à Força Expedicionária Brasileira (FEB) e às Forças Armadas. O Brasil é exaltado por meio da sua natureza e de seu povo (frutas brasileiras, brasileiros ilustres, o Rio de Janeiro, o povo brasileiro). Contudo, é pela conclamação à participação política que a cartilha se esmera. A palavra-chave da primeira lição da cartilha é VOTO. A partir daí, numa sequência de lições, as palavras VOTO e POVO constituem a base para quase todos os textos de “Chave de leitura”. Um exemplar desse empenho é o seu último texto. (XAVIER, 2018, p. 20)

A partir dessa identificação da autora, podemos afirmar que alfabetizar para o Partido, naquele contexto, antes de qualquer coisa, referia-se ao exercício de cidadania, um direito do cidadão na execução de outros direitos, sobretudo o direito ao voto, e no entendimento do voto como uma arma do povo na luta pelo Brasil, uma união do povo brasileiro pela pátria. Isso fica declarado em alguns textos da Cartilha:

União do povo  
União de todo o povo  
União de todo o povo brasileiro para o bem da Pátria.  
[...]  
O povo vota  
O povo luta pelo voto  
O povo brasileiro luta pelo Brasil  
O soldado brasileiro luta pelo Brasil  
O soldado luta pelo povo  
[...]  
O voto do povo  
O voto é a arma do povo  
O povo brasileiro vota  
O voto é a arma do povo brasileiro  
(ARAUJO, 1946, s.p.)

Fica evidente o apelo parlamentar bem como a necessidade de instruir às massas populares e trabalhadoras sobre a representatividade do voto, votar nos representantes do povo, das camadas populares. Sobre a importância do voto, o voto como uma arma do povo brasileiro. O slogan nas campanhas eleitorais em 1945 era o de eleger os homens do povo. Além disso, a cartilha trabalhava com a política de união nacional, de “união de todo o povo brasileiro para o bem da pátria”, sem a distinção e os conflitos entre classes sociais, lutando pela paz contra a violência e o ódio fascista tão presente no período da Segunda Guerra Mundial.

O propósito ideológico presente na cartilha estava concentrado no ideal de progresso e de respeito ao soldado e aos políticos, enquanto símbolos nacionais, representação do povo e dos que lutavam pelo progresso nacional. Apesar de alguns avanços didáticos e político-pedagógicos, percebemos que a cartilha não apresentava possibilidades de desenvolvimento do pensamento crítico, de modo a permitir autonomia intelectual ao adulto aprendiz. Não expõe os conflitos entre classes sociais e a abordagem da realidade ficou aquém da expectativa de mudança social, parecia muito idealizada na associação direta da democracia com o processo eleitoral, de uma unidade social, política e econômica inexistente.

Após as eleições a Campanha de alfabetização de adultos com a cartilha *Chave da leitura* continuou. Ao tempo em que convocavam mais pessoas letradas a aderir a Campanha de alfabetização com o discurso de patriotismo, que deveria interessar a todos os democratas que desejassem lutar pela união nacional para destruição da ignorância e do nazifascismo no Brasil, afirmando não existir qualquer envolvimento de ideias partidária (Vida dos Comitês Populares, 1946, p. 4). Embora ser uma mobilização de iniciativa do PCB, o desejo do Partido era de uma autonomia dos setores populares na sua organização e no desenvolvimento das atividades. Isso fica evidente no discurso<sup>8</sup> de Prestes, quando afirma que “as soluções não podem sair da cabeça desse ou daquele político. É o povo organizado que tem de resolvê-los, de tomar em suas próprias mãos o destino de nossa pátria”. Desse modo, “o Partido Comunista reivindicou para o “povo” o protagonismo das lutas contra o fascismo” (SENA JUNIOR, 2016, p. 315).

O Partido pretendia não apenas a formação de uma *intelligentsia* a serviço da classe trabalhadora e das massas populares, mas sobretudo, modificar a ideia de Partido unicamente da classe operária ou de intelectuais, ampliando suas mobilizações para os diferentes e até antagônicos segmentos sociais com o objetivo de atingir os setores populares, todo o povo brasileiro. Com isso, o PCB conseguiu aproximar-se de ser um Partido de massas, atingindo o número de duzentos mil filiados no Brasil, o maior da América Latina (VINHAS, 1982, p. 89).

Em síntese, as atividades educativas e culturais populares desenvolvidas pelo PCB tinham um caráter alternativo por se diferenciar da educação oficial, que estava sob o controle do Estado conservador. Também por ser considerada mais expansiva e integradora da perspectiva de união nacional, democrática e popular, e combinar a formação de acordo com as demandas da sociedade democrático-burguesa, ao mesmo tempo, que valorizando e incluindo o modo de vida e as lutas das massas populares e da classe trabalhadora com realismo na dinâmica da produção cultural e atividade de ensino. Porém, em que pese esta iniciativa, o aspecto ideológico dessas atividades estava no sentimento patriótico de uma tentativa de unidade política dos segmentos sociais antagônicos. O Partido se inseria como um mobilizador que desejava entregar ao segmento popular as tarefas e a direção das lutas por um país moderno, desenvolvido e democrático.

### ***A Universidade do Povo e a democratização da educação e cultura***

A proposta da Universidade do Povo surgiu em 1945 no I Congresso Brasileiro de Escritores da Associação Brasileira de Escritores (ABDE) que, embora criada em 1942 por intelectuais democratas em sua maioria contrários ao Estado Novo, em 1945 tornaram-se majoritários os intelectuais do PCB. Neste ano, ao final do I Congresso Brasileiro de Escritores foi proposto um trabalho de educação popular no sentido de oportunizar ao povo o acesso à educação e cultura. Mas, a iniciativa de concretização partiu “da Comissão de Divulgação, Propaganda e Cultura do MUT articulada com os Comitês Populares Democráticos, trabalhadores, intelectuais e artistas que se aglutinaram em torno do programa mínimo do PCB” (PINHEIRO, 2014, p. 51). Em 1946 foi criada a Universidade do Povo com sede na cidade Rio de Janeiro - RJ.

Sobre a inauguração da Universidade do Povo, escreveu Jorge Amado:

A instalação da Universidade do Povo prova, antes de tudo, que os intelectuais brasileiros não se mantêm indiferentes ante os graves problemas do Brasil. Entre a massa trabalhadora que participou do ato estavam escritores, artistas, pedagogos, figuras como Portinari, Niemayer, Pascoal Lemme. E disseram das finalidades a que se propõe a nova Universidade, muito diverso, sem dúvida, daquelas que se dirigem à formação das falsas elites, enquanto a grande maioria do povo vive analfabeta.

No seu discurso, Prestes, ao louvar a tentativa, mostrou quais as grandes dificuldades que a Universidade do Povo e os seus diretores iriam enfrentar. As nossas populações vivem na miséria, subalimentados e tudo as afasta da cultura. Mostrou como o problema da educação está ligado ao problema da democracia e da solução dos problemas econômicos. E abriu também para a Universidade ao mesmo tempo que apontava a dificuldade a vencer, as perspectivas da grande obra que ela pode realizar. É inegável a importância da obra a qual Paschoal Lemme, Jayme Grabois e tantos outros abnegados patriotas estão dando o melhor do seu esforço (AMADO, 1946, p. 3).

Desta reportagem escrita pelo pecebista, fica evidente que a intenção da Universidade do Povo era a máxima socialização dos bens culturais, desde os mais elementares até as últimas conquistas da ciência, para os que não tiveram ou não tinham acesso por razões socioeconômicas ou qualquer outra, isso seria uma das condições para uma efetiva democracia. Mas elevar o nível cultural das massas populares e trabalhadoras não era o único objetivo, a preparação técnica também tinha lugar de destaque, uma vez que a formação qualificada dos trabalhadores era uma necessidade para atender o desenvolvimento da indústria no país. Além disso, a Universidade do Povo buscou um ensino conectado à realidade brasileira e aos interesses nacionais, abordando os entraves ao progresso e o melhoramento das condições de vida do povo.

Estas características são expostas no Estatuto<sup>9</sup> da Universidade do Povo onde ficou registrada sua fundação e suas finalidades:

Art. 1. A Universidade do Povo é uma sociedade civil, sem finalidade lucrativa, tendo como objetivo elevar o nível cultural e desenvolver a educação do povo, através do ensino, preparação técnica e do alargamento da cultura de todas as camadas populares e especialmente da classe trabalhadora; [...]

Art. 3. Para atender os seus objetivos a Universidade do Povo desenvolverá inicialmente atividade tendo em vista:

- a) Ministrando cursos regulares e avulsos, de alfabetização, científico, artístico, cultural, profissional, organizados com máxima flexibilidade de modo a atender efetivamente às necessidades do povo;
  - b) Promover conferências sobre assuntos julgados de interesse nacional;
  - c) Organizar seminários para debates dos problemas fundamentais ao progresso e melhoramento das condições do povo;
  - d) Promover audições e concertos de caráter popular para recreação, educação, aproveitamento de vocações e apuro do gosto artístico do povo;
- (ESTATUTO, 1946, p. 6)

Os cursos inteiramente gratuitos oferecidos pela Universidade do Povo e divulgados eram: monitores de alfabetização, alfabetização, torneiro mecânico, tecnologia mecânica, desenho de máquinas, desenho técnico de arquitetura, telegrafia, topografia, prática bancária, inglês básico e conversação, taquigrafia, corte e costura, curso elementar de aritmética e português, curso pré-ginasial de português, aritmética, geografia, cursos de todas as matérias do ginasial, curso de língua russa, teatro, cursos de problemas econômicos do Brasil, filosofia, sociologia e antropologia (Uma universidade a serviço do proletariado, 1946).

Para se ter uma ideia da amplitude da Universidade do Povo, um trecho da reportagem publicada no Jornal Tribuna Popular expõe que:

[...] num ano apenas de funcionamento, vem proporcionando ensino gratuito a mais de 2.000 pessoas, em cursos de continuação e aperfeiçoamento dos mais variados, desde os de mecânica até os de inglês, cursos do art. 91, cursos de extensão universitária, devendo lançar-se agora numa ampla campanha de alfabetização de adultos para a qual está preparando monitores e dispõe de um instrumento valioso: a cartilha para o ensino de adultos, organizada pelo técnico de educação doutor Moisés Xavier de Araújo. (A Universidade do Povo, 1947, p. 03)

Intelectuais de diferentes correntes teórico-filosóficas colaboravam com a Universidade do Povo, ofertando cursos das mais variadas áreas. Inclusive, cursos com instrumentos tecnológicos e industriais, como podemos constatar nos registros fotográficos abaixo dos alunos em sala de aula.



Flagrante tomado durante uma aula de Antropologia da Universidade do Povo

Legenda: Flagrante tomado durante uma aula de Antropologia da Universidade do Povo



Sob a orientação do professor, praticam o torneamento de peças, alunos deste curso mantido pela Universidade do Povo

Legenda: Sob a orientação do professor, praticam o torneamento de peças, alunos deste curso mantido pela Universidade do Povo

(Jornal Tribuna Popular 18/7/1946, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ)

Sem dúvidas, em que pese ser uma experiência localizada na cidade do Rio Janeiro e alavancada pelo PCB e seus intelectuais, não podemos desprezar sua contribuição para a história da educação brasileira. A Universidade do Povo<sup>10</sup> surgiu da necessidade imperiosa do povo num país de analfabetos e um número muito reduzido de escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores, não permitindo uma ampliação do nível cultural das grandes massas. A instituição ingressou nas Campanhas de alfabetização, sobretudo com a preparação técnica dos monitores alfabetizadores, pois reconheciam a particularidade do ensino de adultos. Os cursos eram oferecidos por intelectuais, colaboradores democratas progressistas e de esquerda, enfim, todos os interessados pelo progresso e pela socialização da cultura e do conhecimento para os trabalhadores.

Não é demais afirmarmos, novamente, que com estas atividades culturais e educativas o Partido cresceu vertiginosamente, tornando o PCB com o maior número de filiados da América Latina e elegendo em 1945 quatorze Deputados Federais. Prestes foi eleito ao senado com mais de quinhentos mil votos em todo país. Entretanto, com uma nova conjuntura internacional e nacional desfavorável em 1947, a declaração da Guerra Fria<sup>11</sup> e a política anticomunista financiada pelos Estados Unidos, os comunistas tiveram seus mandatos cassados<sup>12</sup> e o Partido fechado sob a acusação principal de associação do Partido à União Soviética e, portanto, a uma política internacional que divergia dos interesses de construção nacional.

Sobre esta conjuntura, Munhoz (2003) adverte que, por um lado, as expectativas de democratização no Brasil sofreram duros golpes desde os primeiros momentos do governo Dutra, sucessor de Vargas e também simpatizante do fascismo, com o objetivo de controlar os movimentos sociais, populares e sindicais, criando mecanismos institucionais e legais para a repressão às organizações de esquerda, que se encontravam em um amplo processo de expansão desde o final da Ditadura Vargas, e, por outro, naquele momento, o inimigo foi configurado não mais pelo fascismo, mas pelo comunismo.

No Brasil eram evidentes os sinais do retrocesso democrático, e isso graças ao rápido retorno às bases autoritárias e conservadoras da política tradicional. Foi se constituindo um período de getulismo sem Getúlio que entrou em colapso apenas em 1964, com as grandes manifestações das massas trabalhadoras e crise do populismo com o esgotamento da política de controle dessas massas. O governo do general Dutra constituiu-se transitório e pendular, pois, iniciou-se com uma política de reformas liberais caracterizada pela abertura comercial e financeira e estabilidade cambial e que, logo em seguida, com a crise do projeto liberal, devido às altas taxas cambiais de importações, o governo retornou à política tradicional com a substituição de importações pouco essenciais para o controle da crise, sem deixar de flertar com o liberalismo. Dessa forma, vigorou a partir dos meados do governo Dutra o imperativo de uma reversão política e econômica que impôs a necessidade também de controle das greves trabalhistas, que eclodiam e cresciam diante do aumento do custo de vida no país.

Com a política nacional anticomunista, o governo Dutra constituiu um inquérito da Universidade do Povo pela acusação de associação com o comunismo. Os inquéritos do Departamento de Segurança Pública (DPS) alegaram a presença de Carlos Prestes na Universidade do Povo e de agitadores como Letelba Rodrigues de Brito e Jayme Grabois, e também, Jorge Amado, entre vários outros conhecidos. Nos

inquéritos figuraram o corpo docente adepto ao comunismo e envolvido em atividades vermelhas. O Ministro da Educação declarava nada constar de registro relativos ao reconhecimento da instituição.

Em 1948 o nome foi modificado de Universidade do Povo para Escola do Povo. A justificativa foi em decorrência do uso exclusivo da expressão “universidade” para as instituições dedicadas ao ensino superior, “mas que na essência manteve seus princípios básicos” (PINHEIRO, 2014, p. 55). Isso foi reforçado pelo primeiro Boletim da Escola do Povo para qual foram destinadas as mesmas funcionalidades e finalidades:

A Escola do Povo é um movimento que procura satisfazer as necessidades crescentes e pouco consideradas da educação e cultura do povo. Tem o sentimento de um autodidatismo do povo, uma vez que, fugindo a qualquer comercialismo, baseia a sua existência nos próprios recursos intelectuais e financeiros dos que compreendem e sentem a necessidade de elevação do nível cultural das classes populares brasileira. Surgindo no momento de ascensão democrática consequente da vitória dos exércitos aliados, a Escola do Povo tem também o sentido de uma ampla frente progressista em luta para satisfazer uma geral reivindicação, que, atendida, poderá ser fator importante de amadurecimento do nosso povo (Boletim da Escola do Povo, setembro de 1948, CEDEM/UNESP)

Com toda a perseguição e ameaça, a Escola do Povo sobreviveu até 1957 quando o Presidente eleito, Juscelino Kubitschek, a fechou. Esta atitude o fez ser considerado por progressistas e a esquerda comunista como o inimigo da cultura. Durante o período em que sobreviveu, a Escola do Povo desenvolveu múltiplas atividades educativas, artísticas e culturais. As campanhas de alfabetização continuaram, o suporte técnico-pedagógico na formação de monitores alfabetizadores, além de outras atividades que surgiram ampliando sua atuação (PINHEIRO, 2014).

De modo geral, percebemos que o objetivo central da Escola do Povo era oferecer conhecimentos que pudessem elevar o nível cultural de todas as camadas populares, em especial, a classe trabalhadora. No entanto, pudemos identificar outros objetivos, entre eles, havia uma preocupação em estimar as produções culturais referentes às próprias massas populares e classe operária. Uma face considerada visível da cultura nacional e popular era o folclore como elemento da cultura popular, e a Escola do Povo pretendia a valorização e inclusão dos saberes populares no processo de construção de uma cultura nacional enquanto unidade democrática.

O folclore, enquanto expressão cultural das camadas populares, passava a ser visto como cultura que resistia à cultura de massa imposta pela grande mídia e à cultura elitista, abstrata e romântica, sendo o que se tinha de mais nacional e que refletia o modo de vida das massas populares e trabalhadoras e suas interpretações acerca dela, uma recriação popular própria que faz parte da cultura brasileira.

Ela é uma cultura possível, a que reflete o limite da vida e, se a ilusão das falas do folclore são as fugas do real, o ato de força do povo de recriar alguma coisa sua, própria, e no meio da praça esgrimi-la contra todos os fantasmas globais da cultura de massa, é um sinal do trabalho popular de resistência, na aurora da luta que afinal apressa aquele alvorecer. Pois quando um povo cria, resiste, e a cultura popular inventa as suas armas: as rezas do sertão contra as orações da igreja antiga, o imaginário dos mitos contra a lógica fria do patrão, ou então, num passo mais à frente, a vocação sagrada de invadir terras, derrubar os arames do latifúndio, ou quebrar com o tempo a geometria careta de uma vila de BNH até reinventá-la aos pedaços segundo o estilo proletário de pensar a vida e recriar o mundo para habitar em ambos (BRANDÃO, 1980, p. 125)

A nosso ver, o folclore se tornava uma representação da cultura popular que resiste à abstrata cultura letrada, dominante e importada dos países colonizadores, uma releitura popular das influências da cultura europeia. Por isso, era considerado o mais nacional, pois se tratava de uma recriação das camadas populares que inclui sua identidade, o seu jeito de pensar e fazer no cotidiano da vida e da realidade brasileira diante das influências externas e dificuldades socioeconômicas.

Concordamos com Napolitano (2014), que “a exposição e a análise dos eventos ligados à vida cultural pecebista podem articular problemáticas mais amplas para pensar a vida cultural brasileira, tais como o modernismo, o folclorismo, o nacionalismo e o frentismo cultural” (NAPOLITANO, 2014, p. 38). A exemplo do movimento folclórico brasileiro, iniciado no final do século XIX e que a partir dos anos 1930, ganhou peso na própria burocracia cultural do Estado, transformando-se em movimento intelectual nos anos 1940. O folclore foi um ponto comum entre intelectuais de esquerda, filiados ou simpáticos do PCB, e intelectuais de direita nacionalista que buscaram produzir a brasilidade nos personagens e nas histórias enraizadas no país. De fato, a influência do pensamento de esquerda colaborou com a produção crítica como foi o caso de Monteiro Lobato ao escrever em 1947 o livro *Zé Brasil*, no qual traz um personagem regional que discute problemas acerca do latifúndio e da reforma agrária, bem diferente do Jeca matuto e apático.

Desde os anos 1930, ao menos, os comunistas brasileiros desenvolveram forte atuação na área artística e cultural. A dita “literatura regionalista” ou “literatura social” brasileiras contaram com escritores comunistas ou simpatizantes como seus principais representantes. Jorge Amado, Graciliano Ramos, Patrícia Galvão, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, entre outros, filiados ou simpatizantes do Partido, desenvolveram boa parte dos seus escritos tentando articular a representação dos dilemas históricos brasileiros e as mazelas sociais do país, com o imperativo do engajamento cultural estimulado pelos influxos que vinham da União Soviética. Também estava presente o diálogo com o modernismo e seu ativismo artístico e cultural na construção de um novo Brasil, a partir do revigoramento do “povo-nação” e das próprias elites culturais que deveriam conduzir o Brasil a uma nova etapa histórica. No caso dos comunistas, obviamente, tratava-se idealmente da construção de uma contra-elite capaz de expandir a consciência revolucionária das massas e de conduzir a revolução. (NAPOLITANO, 2014, p. 39)

Para o autor, com a expressão “nacional-popular” um novo projeto parecia se afirmar na política e na cultura. No entanto, entre os anos 1945-1947, nacional-popular era compreendido enquanto unidade de diferentes segmentos sociais, até mesmo antagônicos, com base na ideologia nacionalista. Esta expressão após 1947 até a segunda metade dos 1950 se modificou de acordo com as influências do realismo socialista<sup>13</sup> e a nova conjuntura política. Nos anos 1960 desenvolveu debate teórico acerca da expressão com novo frentismo cultural, e a partir de 1968 a expressão parecia superar os limites impostos pelos anos anteriores.

### **Considerações finais**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início de uma nova conjuntura político-econômica, os comunistas brasileiros se dividiram. Por um lado, na defesa das alianças com as classes e frações de classes burguesas tendo o Programa de União Nacional como estratégia política para a realização da revolução democrático-burguesa e, por outro lado, no entendimento de que as alianças seriam um perigo considerando a relativa relação das classes e frações de classe burguesas com a política tradicional conservadora e o imperialismo.

Dessa forma, a definição da aliança de classe e a direção do processo revolucionário foram um dos pontos de grandes debates interno no PCB e estavam relacionados às interpretações sobre a tão desejada revolução brasileira. As divergências internas estavam relacionadas à ausência da particularidade brasileira nas análises e teses do Partido, que conduziram às interpretações, pouco originais, com limitações teóricas, por conta da dificuldade de acesso às principais obras de Marx, Engels e outros marxistas na língua portuguesa, do mesmo modo por estarem submetidas às orientações internacionais, e sobretudo pela escassez de dados e estudos sobre o país. As alianças dos trabalhadores, camponeses e comunistas com as classes e frações de classe burguesas foram também norteadas pela concepção nacional-popular que marcou as posições e as atividades do Partido.

Na compreensão do Partido, o Brasil se caracterizava como um país agrário e aristocrata, com uma educação e cultura elitista, abstrata e transposta dos países da Europa sem nenhuma correspondência com a realidade brasileira. As massas populares e trabalhadoras, portanto, flutuavam não apenas pela falta de acesso, como também pela substância que as alienavam das lutas sociais concretas. Dessa forma, a concepção nacional-popular uniria os diferentes grupos e classes sociais interessados no desenvolvimento, elaborando uma cultura nacional e, por meio da educação, construiriam uma nova mentalidade no povo brasileiro. A defesa de uma escola popular, não se restringiu apenas ao acesso das massas populares e da classe trabalhadora, mas sobretudo, a necessidade dela se tornar popular pela substância conectada aos interesses comuns do povo brasileiro, a modernidade e o progresso.

Entendemos que as experiências educativas e culturais encabeçadas pelo PCB foram de inegável representação histórica com uma perspectiva que se destacou em relação às perspectivas liberais de educação e democracia. As repercussões das atividades educativas e culturais foram extensivas e formativas em significado político, como expõe Guimarães (2012):

O esforço dos intelectuais comunistas na formulação de estratégias de aproximação do Partido com as camadas médias e populares urbanas se fez notar também pela via artística e cultural. Livros, jornais, revistas, rádio, cinema, teatro, exposições, poemas, cartazes, concursos literários adultos e infantis, shows de calouros, shows de artistas populares em comícios, paródias políticas, desfiles de escolas de samba, organizações de campeonatos de futebol... Na sua estratégia de comunicação e abertura do Partido às massas, o PCB valeu-se dos mais diversificados expedientes, acessando os recursos midiáticos disponíveis na nascente indústria cultural brasileira (GUIMARÃES, 2012, p. 182).

A inspiração democrática empolgou o Partido e seus intelectuais que, com a defesa do progresso sob bases democráticas desenvolveram as campanhas de alfabetização através dos Comitês Populares Democráticos e os cursos de formação na Escola do Povo. Com isso, ampliaram a democracia com a

participação das massas, e ao elevar o nível cultural, ainda que uma formação para o desenvolvimento do sentimento patriótico, oportunizaram a participação das massas populares e trabalhadoras na política e a melhoria nas condições de vida por meio da qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Mas também oportunizaram um espaço para discussões sobre realidades sociais (moradia, carestia de vida, fascismo), locais e específicas dos diferentes grupos (mulheres, juventude, estudantes, afro-brasileiros etc.).

Em que pese a importância dessas atividades educativas e culturais para o crescimento do Partido e sua dedicação na educação popular, identificamos críticas ou ressalvas em relação, pelo menos, a dois pontos que se tornaram problemáticos após a onda efêmera da democracia: 1. A substituição da formação política, marxista e militante da classe operária pela instrução das grandes massas com base na categoria povo, portanto, os debates e as reivindicações específicas de classe foram substituídos por outras exigências pontuais e imediatistas que se distanciavam da revolução proletária 2. A inversão democrática com a democratização política, educacional e cultural sem uma efetiva democratização econômica. Portanto, a política de *união nacional* se concentrou no campo político-ideológico, sem delinear a luta pelo fim da exploração econômica e do trabalho, não aprofundando o debate sobre o capitalismo, o trabalho e a educação.

Os processos educativos desenvolvidos nos meados da década de quarenta estavam intimamente ligados aos anseios do povo e à sua participação nas eleições e na política de forma mais ampla. Poderiam ser desenvolvidas por marxistas, comunistas, simpatizantes, católicos, democratas e liberais, se estivessem interessados no progresso sob as bases da democracia e do patriotismo. Desse modo, a formação política perdeu centralidade, sendo substituída pela concepção de educação do povo ou educação popular sem o trabalho conjunto de formação política e consciência de classe. A democracia implicava a inclusão dos elementos do povo na construção nacional. Tratava-se de defender o que é do povo, a vontade do povo, os direitos do povo, como forma de garantir e ampliar a participação democrática e ter suas virtudes presentes no processo de construção nacional. A luta pela cidadania prevaleceu em relação aos anseios específicos da classe trabalhadora.

### **Referências:**

AMADO, Jorge. **Escritores, artistas e o partido**. Jornal Tribuna Popular, nº. 2, 16/3/1946. Arquivo Marxista da Internet.

AMADO, Jorge. **Hora do amanhecer – Universidade do Povo**. Jornal Tribuna Popular. 31/3/1946. Arquivo Marxista da Internet.

ARAÚJO, M. X. de. **Chave da leitura** (para adultos). Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/Brasil, 1946. Indicação do Catálogo: II- 242, 2, 30.

AUTUORI, Luiz. **O sentido comunista da democracia**. Rio de Janeiro, 1946.

**Boletim da Escola do Povo**, nº. 1, setembro de 1948. O Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP)

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **A questão política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980. v. 1

COUTINHO, Carlos Nelson. **A presença de Gramsci no Brasil**. Revista em pauta, Número 22. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

**Documento do Departamento de polícia Social** – 21/6/1950. Arquivo Marxista da Internet.

**Estatuto da Universidade do Povo** (16/5/1946) uma cópia no APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

GUIMARAES, Valéria Lima. Craques e bambas comunistas: as relações entre a cultura partidária e a cultura popular durante a legalidade do PCB (1945-1947). In: ROXO, Marco & SACRAMENTO, Igor (org). **Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**. O breve século XX (1914-1991). Tradução Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

KONDER, Leandro. **A democracia dos comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

LEMME, Paschoal. **Memórias: estudos de educação, participação em conferências e congressos; documentos**. 2. edição. Brasília: INEP, volume 4, 2004.

LEMME, Paschoal. **A educação nas constituições estaduais**. Jornal tribuna Popular, nº. 539, 4/3/1947.

LEMME, Paschoal. **Escolas para o povo**. Jornal Tribuna Popular, nº. 246, 10/3/1946. Arquivo Marxista da Internet.

MUNHOZ, Sidnei. **A guerra fria no brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970)** um balanço historiográfico. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 58, p. 35-50, jun. 2014.

NETTO, Evaristo Giovanetti. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. Editora Parma: São Paulo, 1986.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela; PENIN, Sonia Terezinha de Souza. **A educação na Constituinte de 1946**. Revista Faculdade de Educação, São Paulo 12(1/2): 261-288, jan./dez. 1986.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PEREIRA, Astrojildo. **Interpretações**. Edições da CEB: Rio de Janeiro, 1944.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura popular (1958-1964): uma história comparada**. Tese defendida na UFRJ, 2014.

POMAR, Pedro. **O partido comunista e a liberdade de criação**. Jornal Tribuna Popular, nº. 77, 18/8/1945. Arquivo Marxista da Internet.

PRESTES, Luiz Carlos. **União Nacional Para a Democracia e o Progresso**. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. Fonte: Edições Horizonte Ltda. Disponível no Arquivo Marxista da Internet.

Reportagem – **Vida dos Comitês Populares**. Jornal Tribuna Popular, nº. 207, 14/2/1946. Arquivo Marxista da Internet

Reportagem – **Fundada a Universidade do Povo**. Jornal Tribuna Popular, nº. 277, 2/2/1946. Arquivo Marxista da Internet.

Reportagem - **A Universidade do Povo**. Jornal Tribuna Popular, nº. 545, 11/3/1947. Arquivo Marxista da Internet.

Reportagem – **Uma universidade a serviço do proletariado**. Jornal tribuna Popular, 18/07/1946. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ

RUY, José Carlos. **Os comunistas na Constituinte de 1946**. Editora Anita Garibaldi: São Paulo, 2016.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. O esteio da ordem: comunistas, greves e sindicatos no Brasil (1945-1948). In: SENNA JÚNIOR, Carlos Zacarias (org). **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: UFBA, 2016.

SOARES, Larissa Costard. **“Da diversidade que vivemos”** resistência, crítica e artes visuais no Brasil anos 1960/1970. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – RJ: 2016.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

XAVIER, Cristiane Fernanda. **Universidade do Povo (1946-1957):** educação de adultos e democratização da sociedade no projeto político-pedagógico de Paschoal Lemme. Revista Brasileira de Educação v. 23 e230057, 2018.

---

### **Notas**

<sup>1</sup> Doutora em Educação (Unicamp). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Pesquisadora do grupo Histedbr. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8396550497066015>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3700-2822>. E-mail: [marta.viana@uesb.edu.br](mailto:marta.viana@uesb.edu.br).

<sup>2</sup> Embora a esquerda comunista não se limitava ao Partido, este hegemonizou-se. Mas, vale ressaltar que nem todo comunista ou marxista integrava o Partido. Conforme Konder (1980), pode-se até diferenciar o marxismo do comunismo.

<sup>3</sup> Foram eleitos os pecebistas Jorge Amado, Marighella, Maurício Grabóis, João Amazonas, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Alcêdo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro, Gervásio Gomes de Azevedo, José Maria Crispim e Oswaldo Pacheco da Silva. E Luís Carlos Prestes ao Senado. Seus mandados foram cassados em 1947.

<sup>4</sup> Com a legalização do PCB em 1945, foram criados os Comitês Populares Democráticos que tinham o objetivo de aproximar o partido das massas trabalhadoras e populares, lutando por reivindicações imediatas de interesse de melhoria de vida nos bairros e dos grupos sociais.

<sup>5</sup> Em 2013, mais de seis décadas depois, a Câmara reconhece os mandatos cassados e os devolvem.

<sup>6</sup> “Com respeitável time de intelectuais integrando as suas fileiras, dentre eles, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Edison Carneiro, Cândido Portinari, Dorival Caymmi, Procópio Ferreira, Mário Lago, Néelson Pereira dos Santos, Oscar Niemeyer, Francisco Mignone, Arnaldo Estrela, Álvaro Moreyra e Mário Schemberg, a produção comunista encontrava-se em ebulição” (GUIMARÃES, 2012, p. 182).

<sup>7</sup> A cartilha Chave da leitura (para adultos) de autoria de Moises Xavier de Araújo encontra-se no Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/Brasil, 1946. Indicação do Catálogo: II- 242, 2, 30. Tive contato com a cartilha, porém, naquele momento, a Biblioteca Nacional não permitiu fotografar. Foi exigido um documento comprovatório de vinculação da pesquisa à universidade. Por isso, transcrevo nas páginas 11-12 a extensa e importante fala do autor da cartilha Chave da Leitura, Moises Xavier de Araújo, citada no artigo de Cristiane Xavier.

<sup>8</sup> “DISCURSO de Prestes”, O Momento 27 de novembro de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais. Apud SENNA JUNIOR, Carlos Zacarias F. OS IMPASSES DA ESTRATÉGIA: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

<sup>9</sup> Estatuto da Universidade do Povo (16/5/1946) uma cópia no APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

<sup>10</sup> A Universidade do Povo participou do I Congresso Nacional de Alfabetização de Adultos em 1947, no Distrito Federal. Foram nomeados os representantes Paschoal Lemme e Fernando Segismundo Esteves. Foram os sócios fundadores e professores, entre eles, Paschoal Lemme, um dos ideólogos da Universidade do Povo, Jayme Grabois, Letelba Rodrigues de Brito, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Mário Barata, Astrojildo Pereira, Arthur Ramos, Moisés Xavier de Araújo.

<sup>11</sup> Segundo Hobsbawm (1995), o nazi fascismo foi visto pelos EUA e URSS como inimigo comum e um perigo maior do que cada um ao outro. A união desses países culminou, de fato, no fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, graças à negociação de limitar o socialismo à URSS e à área destinada pela diplomacia. Limitar o socialismo à “sua zona de influência, isto é, basicamente a ocupada pelo Exército Vermelho no fim da guerra.” (HOBSBAWM, 1995, p. 135). Entretanto, após o fim da Segunda Guerra, os EUA incentivaram a instalação de um cenário de políticas e práticas anticomunistas, dando início à Guerra Fria que terminou com o fim da URSS em 1991. Até o início de 1970 o tratado de “Paz Fria” foi respeitado entre as potências mundiais, e o rompimento se deu mais pela crise do modo de produção capitalista. Não mais havendo um fascismo para uni-los, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para enfrentar um ao outro como inimigos mortais (HOBSBAWM, 1995). Nas primeiras décadas da Guerra Fria as lutas de classes nos domínios nacional e internacional ocupou espaço no plano político-ideológico. Ainda que, com as relações muito tensas, pois, mesmo não acreditando que um dos lados pretendia atacar o outro, a imanenência de uma terceira guerra

---

assombrava a todos, levando as superpotências mundiais a reduzir a disputa entre capitalismo e comunismo ao campo político-ideológico, conduzindo os Partidos Comunistas do mundo a lutarem pela paz e a travarem uma luta ideológica contra o imperialismo estadunidense.

12 Em 2013, mais de seis décadas depois, a Câmara reconhece os mandatos cassados e os devolvem.

13 Realismo socialista proposto pelo braço direito de Stalin, Andrei Jdanov, no final dos anos 1940, tinha uma série de preceitos estético-ideológicos rigorosamente definidos. Entre eles podemos citar a busca da comunicabilidade da obra, a ênfase em conteúdos temáticos e dramáticos simplistas, a fusão entre cultura popular e formas da “herança cultural burguesa”, o culto ao “herói positivo” e modelar que pudesse dar exemplos de ação revolucionária sem maiores hesitações. (NAPOLITANO, 2014, p. 41)

Recebido em: 11 jun. 2021

Aprovado em: 09. dez. 2021